

CNBB desencadeia campanha contra corrupção no governo

Ronaldo Brasiense

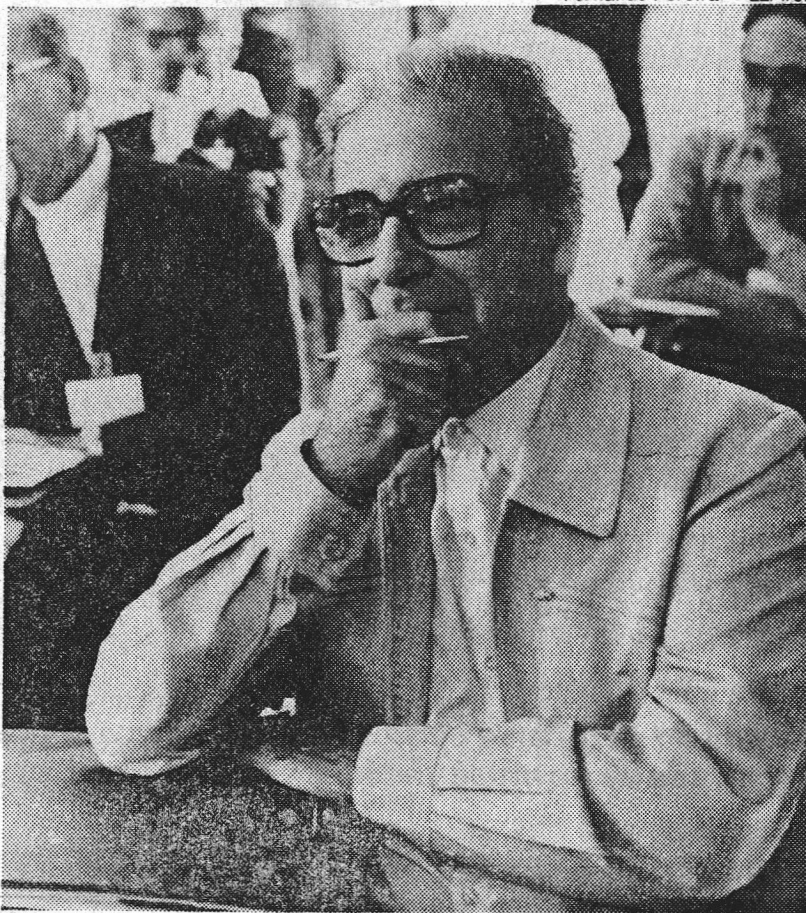
Fernando Pereira — 22/4/87

BRASÍLIA — A Igreja Católica pretende desencadear uma campanha nacional para denunciar o recrudescimento da corrupção no Brasil. Os principais dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) condenam a corrupção crescente — envolvendo inclusive ex-ministros de Estado — e a impunidade dos crimes de *colarinho branco*. “Quando penso nessas coisas, a corrupção dos homens públicos, tenho vergonha de ser brasileiro”, resume o arcebispo de São Luís, Dom Paulo Ponte. “A corrupção, como o próprio nome diz, destrói o tecido social”, completa o presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, bispo de Mariana (MG). “Os casos concretos de corrupção no governo devem ser rigorosamente apurados, com punição exemplar para os culpados.”

Evitando comparações entre os casos de corrupção detectados no governo José Sarney e os do governo Fernando Collor, Dom Luciano ensina que o ganho fácil, sem nenhuma exigência ética, prejudica toda a sociedade, principalmente a juventude. “O governo deve dar exemplo de combate à corrupção não apenas em seu próprio seio, mas também na área de contratos comerciais, fixação de preços e licitações que tratam da aplicação de recursos públicos. “O combate à corrupção deve se estender também ao campo do Judiciário e do Legislativo”, prega o presidente da CNBB.

A impunidade no Brasil — onde pouquíssimas pessoas envolvidas em casos de corrupção vão para a cadeia — tem colaborado para que haja um aumento da corrupção em todos os níveis, segundo Dom Luciano. O presidente da CNBB exemplifica com os assassinatos em conflitos pela posse da terra para mostrar que a impunidade de pistoleiros e mandantes acaba incentivando novas mortes. “Em 1.600 assassinatos no campo, só 26 processos foram levados a termo e houve apenas 13 condenações”, assegura.

O secretário-geral da CNBB, Dom Celso Queiroz, bate na mesma tecla. Segundo ele, o Brasil vive hoje “um festival da impunidade”. “Atualmente, considera-se normal que os bicheiros sejam donos de escolas de samba e daqui a pouco começará a ser normal ter droga em casa”, adverte Dom Celso Queiroz, lembrando que no governo José Sarney a Igreja denunciava a corrupção e o presidente devolvia com uma cobrança: “Então digam quem são os corruptos.” “Isso



Dom Celso: “Fundamental é que culpados sejam punidos”

não levava ao esclarecimento dos fatos”, lembra o secretário da CNBB. Na opinião de Dom Celso, as denúncias de corrupção se tornaram tão corriqueiras nos meios de comunicação que o público já começa a achar que tudo não passa de *fofoca*. “O fundamental é que os culpados sejam punidos”, afirma.

Tradição — “A corrupção infelizmente já é uma constante no panorama nacional, virou quase que uma tradição nesse país”, lamenta Dom Augusto Rocha, bispo de Picos (PI), presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Dom Augusto vê no próprio sistema de governo um elemento que facilita a corrupção. “Condono esse modelo adotado pelo Brasil há muito tempo, em que poucos se apropriam indevidamente daquilo que é de todos e sem a punição compatível”, critica. “Infelizmente, a lógica desse sistema é ‘quem for pobre que se quebre’, para os pobres não há projetos, só migalhas.”

O envolvimento dos ex-ministros Alcení Guerra, da Saúde, e Antônio Rogério Magri, do Trabalho, em casos de corrupção alcançaram repercussão inter-

nacional e isso pôde ser constatado por Dom Paulo Ponte em recente viagem à Alemanha. “Na Alemanha, os governantes dizem que não liberam recursos para o Brasil por saberem que haverá desvios”, conta o arcebispo de São Luís. “Para mim, um dos maiores problemas do Brasil é a falta de seriedade dos homens públicos”, acrescenta. Dom Paulo Ponte acredita que os homens públicos brasileiros continuam adeptos fervorosos da *Lei de Gerson*: querem levar vantagem em tudo. “Os criminosos de colarinho branco não vão para a cadeia”, constata Dom Paulo Ponte. “No Brasil, só vai preso ladrão de galinha”, lamenta.

Os bispos Luciano de Almeida, Augusto Rocha e Paulo Ponte não concordam que a corrupção tenha aumentado no atual governo em relação aos anteriores. “O que existe hoje é uma divulgação maior dos casos de corrupção pelos meios de comunicação, mas infelizmente isso não implica punições exemplares para os que desviam o dinheiro do povo em benefício próprio”, sentencia Dom Augusto Rocha.